

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A

PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2019/001

ESCLARECIMENTO 07

OBJETO: Contratação de empresa seguradora no mercado nacional para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil para os atuais, passados e futuros membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva e Empregados do BANDES que tenham poder de representação e/ou poder de decisão (Cargos de Confiança, Pregoeiros, membros de Comissão de Licitação, Procuradores, Leiloeiros) denominado seguro D&O (Directors & Officers), conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Pergunta Nº 1

Em consulta ao site da Susep, o glossário apresenta a definição de Nota Técnica da seguinte forma:

“Documento previamente aprovado pela Susep que contém a descrição e o equacionamento técnico do plano.”

No mesmo glossário, a definição de Plano de Seguro trata do seguinte:

Documento elaborado pelas Seguradoras com a finalidade de estabelecer as normas operacionais de um determinado ramo de seguro. É subdividido em: Condições Gerais do ramo, Coberturas Básicas oferecidas (Condições Especiais), Coberturas Adicionais e Cláusulas Específicas disponíveis (Condições Particulares), e Nota Técnica Atuarial. O Plano de Seguro é submetido à SUSEP, que pode determinar às Seguradoras que nele promovam alterações para a sua adequação à legislação.

A Circular SUSEP 553, que dispõe sobre as diretrizes gerais aplicáveis aos seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas (seguro RC D&O), tem expressa no seu art. 2º o seguinte:

Art. 2º Após a publicação desta circular, as sociedades seguradoras que desejarem iniciar a operar com o seguro de RC D & O, deverão submeter, à Susep, para fins de análise e arquivamento, plano de seguro específico, cujas condições contratuais e respectiva nota técnica atuarial deverão estar em conformidade com as presentes disposições e a legislação em vigor.

Ora, por óbvio, a sociedade seguradora que possui produto aprovado pela SUSEP, certamente submeteu sua Nota Técnica para aprovação perante este órgão regulador e, por consequência, obteve resultado positivo na sua solicitação. Resta comprovado por meio da legislação aqui disposta que é premissa para a comercialização do plano de seguro, conforme art. 2º da Circular SUSEP 553, anteriormente citada. Ou seja, a seguradora que não teve a sua Nota Técnica Atuarial aprovada, não possui permissão para comercializar o referido plano de seguro.

Por consequência, a aprovação do produto poderá ser comprovada mediante apresentação do número de processo da SUSEP, cuja consulta pública pode ser realizada no próprio site da SUSEP, conforme documento anexo.

Portanto, reiteramos a nossa solicitação para confirmação de que o *printscreen* da tela, cuja imagem foi aqui anexada, atende ao item 7.3 do Anexo I deste edital.

Resposta do BANDES

Considerando-se a exigência do item 7.4, a licitante deverá comprovar que já teve Nota Técnica aprovada na SUSEP para operação e comercialização de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O – Directors and Officers).

Nota-se que não há exigência de documento específico no referido item, desta forma, a arrematante poderá comprovar o atendimento desse item mediante apresentação do número de processo da SUSEP, cuja consulta pública pode ser realizada no próprio site da SUSEP.

Vitória, 21 de fevereiro de 2019.

Thiago Fávaro Lima
Coordenador do Núcleo de Licitações e Contratos